

Vamos fazer
ainda **MAIS** pela
sustentabilidade.

Mais que uma escolha financeira,
a decisão de cuidar do que é valioso para todos.



Plano de
Sustentabilidade

Sicoob





Sumário

1. Sustentabilidade no Brasil e Mundo	4
• Importância do Desenvolvimento Sustentável	5
• Riscos e Oportunidades	6
• Engajamento do Setor Financeiro	10
• Compromissos e Regulações	14
• O Cooperativismo na Sustentabilidade	16
2. Sustentabilidade e o Sicoob	18
• A Trajetória do Sicoob na Sustentabilidade	19
• Matriz de Materialidade	21
• O Plano de Sustentabilidade	26



Siglas & Abreviações

ASG – Ambiental, Sociais e de Governança

BC – Banco Central

CA – Conselho de Administração

CCS – Centro Cooperativo Sicoob

CISES – Comitê de Investimento Social Estratégico

CMN – Conselho Monetário Nacional

COL – Colaborador

COM – Comunidade

COOP – Cooperado

COSUS – Comitê de Sustentabilidade

DE – Diretoria executiva

Direx – Diretoria Executiva

EAPC – Entidade Aberta de Previdência Complementar

ESG – Environmental, Social and Governance

FOR – Fornecedor

FSB – Financial Stability Board

GEE – Gases de Efeito Estufa

GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit

GRI – Global Reporting Initiative

GRSAC – Gerenciamento de Riscos Sociais Ambientais e Climáticos

LED – Light Emitting Diode

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

OG – Órgãos Governamentais

OR – Órgão Regulador

OS – Órgãos Setoriais

PAR – Parceiros

ONU – Organização das Nações Unidas

PRSAC – Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

SFN – Sistema Financeiro Nacional

SNCC – Sistema Nacional de Crédito Cooperativo

SUSEP – Superintendência de Seguros Privados

TCFD – Task Force on Climate Related Financial Disclosures

USD – Dólar Estadunidense

1.

Sustentabilidade no Brasil e no Mundo



• Importância do Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades das gerações atuais sem colocar em risco a capacidade de atender as gerações futuras. O conceito engloba três dimensões interrelacionadas, de igual importância, e que devem ser endereçadas conjuntamente: econômico, social e ambiental.

Observando os atuais modelos econômicos, fica clara a necessidade de haver uma transição para padrões que considerem, com mesma importância, os aspectos ambientais e sociais na gestão dos negócios. Tendo isso em vista, uma expressão emergente em relação à pauta de sustentabilidade é “transição justa e verde”.

A transição verde consiste na mudança para uma economia e sociedade ambientalmente sustentáveis e de baixo carbono. Já a transição justa diz respeito a como essa mudança será concretizada, visando garantir que sejam desenvolvidas estratégias, políticas e medidas para assegurar que ninguém seja “deixado para trás” durante esse processo. Combinando os dois termos, a transição para uma economia ambientalmente sustentável deve ser bem gerida a fim de contribuir para objetivos-chave como a promoção de empregos decentes, inclusão social e erradicação da pobreza.

É sabido que pessoas em situação de vulnerabilidade tendem a sofrer mais com os impactos das mudanças climáticas e degradação ambiental, ressaltando a necessidade de a transição verde também ser justa. No entanto, o processo de transição para uma economia e sociedade mais sustentáveis pode implicar em impactos sociais, como desemprego devido aos avanços tecnológicos sem a devida capacitação de pessoas.

Essa situação reforça a importância de desenvolver processos inclusivos visando que os mecanismos implementados para apoiar a transição não causem desigualdades de oportunidade.

Dessa forma, é fundamental que haja o efetivo envolvimento e engajamento das partes interessadas (*stakeholders*) no processo de tomada de decisão e na identificação dos impactos socioambientais que precisam ser endereçados, bem como no desenvolvimento de soluções tangíveis.

Por tudo isso, o desenvolvimento sustentável, através da promoção de uma economia verde, apresenta muitas oportunidades para o alcance de objetivos socioambientais: há o potencial de promover um meio ambiente saudável em países desenvolvidos e em desenvolvimento por meio de novos empregos voltados para os chamados *Green Skills* (habilidades verdes), que trabalham diretamente com mudanças climáticas, por exemplo.

A transição para uma economia verde e justa pode, ainda, aprimorar os processos de gestão de recursos naturais, aumentar a eficiência energética e reduzir desperdícios, enquanto promove a redução de desigualdades e aumenta a resiliência das sociedades¹, sendo o caminho mais eficiente para o futuro do planeta.

¹ Organização das Nações Unidas (ONU) (2022). *A just green transition: concepts and practice so far*.



• Riscos e Oportunidades

Diferentes *stakeholders* como o mercado financeiro, a sociedade civil e empresas da economia real passaram a identificar riscos e oportunidades referentes ao desenvolvimento sustentável, principalmente voltados à mitigação das mudanças climáticas.

A internalização de variáveis sustentáveis, como fatores econômicos, sociais e climáticos no cotidiano das instituições e pessoas faz com que a nossa sociedade esteja cada vez mais crítica e tome decisões sobre o futuro que ela quer para o planeta.

Dessa forma, ao analisarmos riscos e oportunidades dentro de um contexto de sustentabilidade, incentivamos que organizações e governos aprimorem seus processos, produtos e serviços a fim de se prepararem adequadamente para as mudanças no clima, orientando nosso desenvolvimento para uma economia de baixo carbono.

A *Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD), um grupo de trabalho criado pelo *Financial Stability Board* (FSB), órgão internacional que monitora e faz recomendações sobre o sistema financeiro global, dividiu os riscos relacionados às mudanças climáticas em duas categorias: Riscos Físicos e Riscos de Transição, bem como identificou áreas de oportunidade e conforme apresentam as tabelas abaixo²:

²*Task Force on Climate Related Financial Disclosures* (TCFD) (2017). [Recomendações da Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas](#).

• Riscos

A classificação dos riscos climáticos da TCFD envolve aqueles relacionados à transição para a economia de baixo carbono e aos relacionados aos impactos físicos das mudanças climáticas.

Tabela 1 – Riscos Climáticos de Transição

Riscos de Transição		
A transição para uma economia de baixo carbono pode ocasionar relevantes mudanças políticas, legais, tecnológicas e de mercado para atender aos requisitos de mitigação e adaptação relacionados às mudanças climáticas. Dependendo do tipo, velocidade e objetivo dessas mudanças, os riscos de transição podem representar níveis variados para as organizações.		
Tipo de Risco	Conceito	Exemplos
Político e Legal	Novas legislações e políticas governamentais para mitigar as mudanças climáticas	Precificação de carbono
		Proibição de combustíveis fósseis
		Ações judiciais contra organizações que não conseguem mitigar seus impactos climáticos
Tecnológico	Inovações que sustentem a transição para uma economia de baixo carbono.	Novas tecnologias substituirão os sistemas antigos
		Novas demandas de produtos e serviços
Mercado	Alteração na oferta e demanda de produtos e serviços	Diminuição na demanda por combustíveis fósseis (petróleo e seus derivados)
Reputação	Mudança na percepção dos clientes e comunidades sobre como a instituição se posiciona e atua para uma economia de baixo carbono	Projetos com alta emissão de gases de efeito estufa
		Falta de engajamento dos <i>stakeholders</i> sobre mudanças climáticas



Tabela 2 – Riscos Climáticos Físicos

Riscos Físicos

Os riscos físicos referentes às mudanças climáticas podem ser pontuais (agudos) ou de longo prazo (crônicos). Além disso, esses riscos podem ter consequências financeiras para as instituições, como danos diretos aos ativos e impactos indiretos causados pela interrupção na cadeia de suprimentos.

Tipo de Risco	Conceito	Exemplos
Agudo	Eventos climáticos extremos pontuais	Ciclones, furacões ou inundações
Crônico	Mudanças a longo prazo nos padrões climáticos	Aumento do nível do mar e da temperatura

Fonte: TCFD (2017)

• Oportunidades

As ações para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas criam oportunidades para as instituições pela eficiência de recursos, economia de custos e adoção de fontes de energia renovável, por exemplo. As oportunidades climáticas mudam de acordo com a região, o mercado e a indústria em que a organização atua.

Tabela 3 – Oportunidades Climáticas

Tipo de Risco	Conceito	Exemplos
Eficiência de Recursos	Redução de custos operacionais pela diminuição do uso de recursos naturais, como água e resíduos	Projetos de economia circular
		Veículos elétricos
		Iluminação por LED
Fonte de Energia	Investimento em fontes renováveis	Energia eólica
		Energia solar
Produtos e Serviços	Produtos e serviços com menor pegada de carbono	Produtos biodegradáveis
		Cadeia de valor com eficiência energética
Mercados	As organizações podem criar ou ir para mercados alinhados a uma economia de baixo carbono	Alimentos orgânicos
		Produtos veganos/vegetarianos
Resiliência	Capacidade de reação das organizações aos impactos das mudanças climáticas	Obras de infraestrutura como saneamento e habitação
		Mudança de matriz energética para fontes renováveis

• Engajamento do Setor Financeiro

As instituições financeiras possuem um importante papel no combate às mudanças climáticas. Como direcionadoras do capital, elas conseguem influenciar diretamente como e onde são aportados os investimentos. Nesse aspecto, sua responsabilidade é fomentar uma economia justa e de baixo carbono, mitigando riscos e gerando oportunidades³.

Entretanto, para além das instituições em si, a própria economia global é afetada pelas mudanças no clima, pois a partir do momento que usamos nossos recursos naturais de modo insustentável, não asseguramos a previsibilidade do mercado econômico, que é principalmente fundamentado por commodities, como alimentos e petróleo.

Dessa forma, as instituições financeiras possuem função chave no desenvolvimento sustentável ao internalizarem em seus produtos, serviços e processos, fatores cruciais para a resiliência da economia global atualmente, como emissões de carbono, desmatamento e inclusão social⁴.

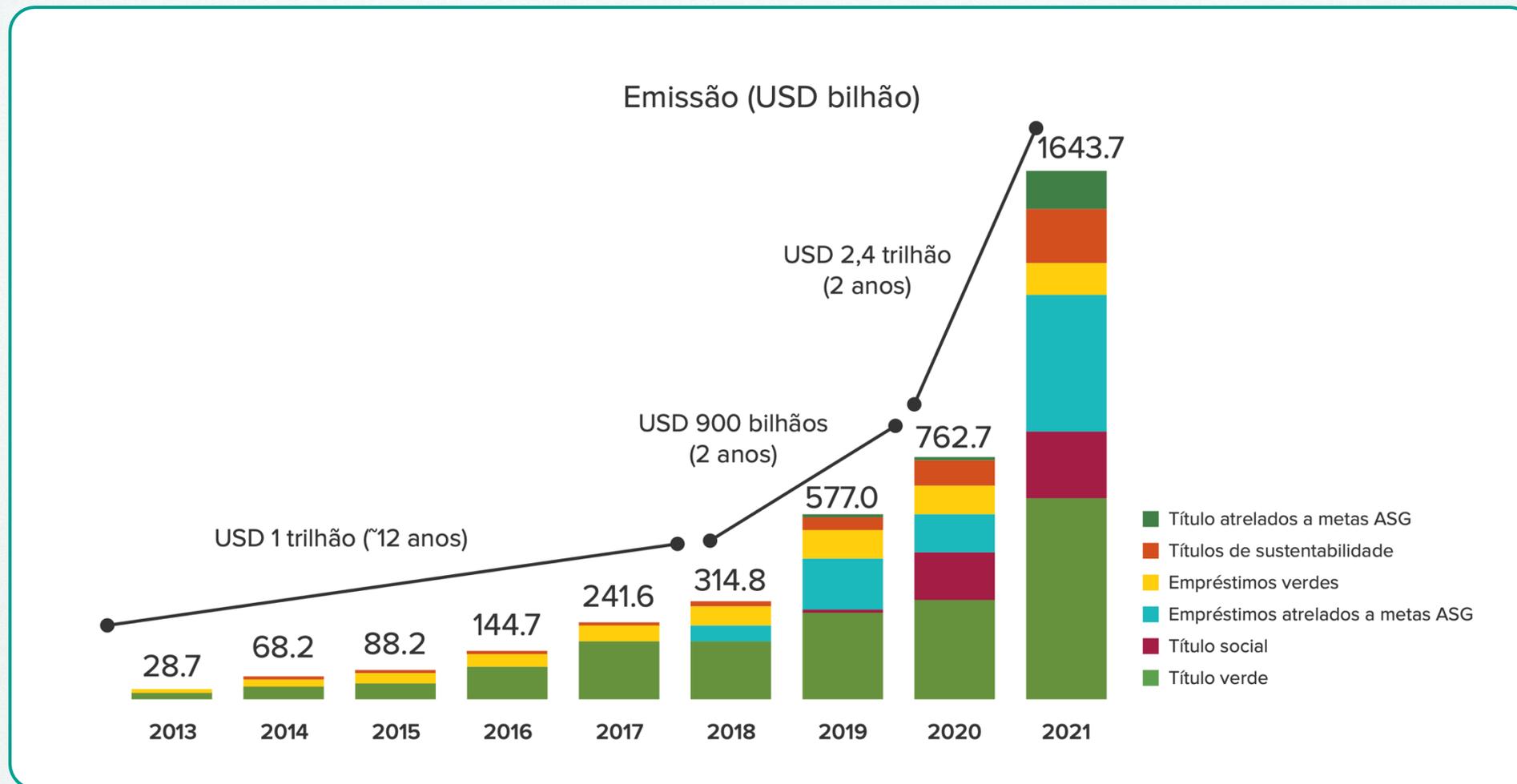
Tornando esse movimento das instituições mais palpável, o mercado global de dívidas sustentáveis, em 2022, alcançou o maior volume de títulos e empréstimos sociais e/ou ambientais emitidos em um ano (USD 732,1 bilhões). Em 2021, o valor acumulado no mundo atingiu USD 4,0 trilhões, todavia, esse número representa pequena parcela perante os USD 281,0 trilhões do mercado global de dívida⁵.

³ Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD) (2017). [Recomendações da Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas](#).

⁴ Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD) (2017). [Recomendações da Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas](#).

⁵ Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) (2022). [O mercado de finanças sustentáveis no Brasil em 2022](#).

Figura 1 – Emissões do Mercado Global de Dívidas Sustentáveis



Fonte: GIZ (2022)

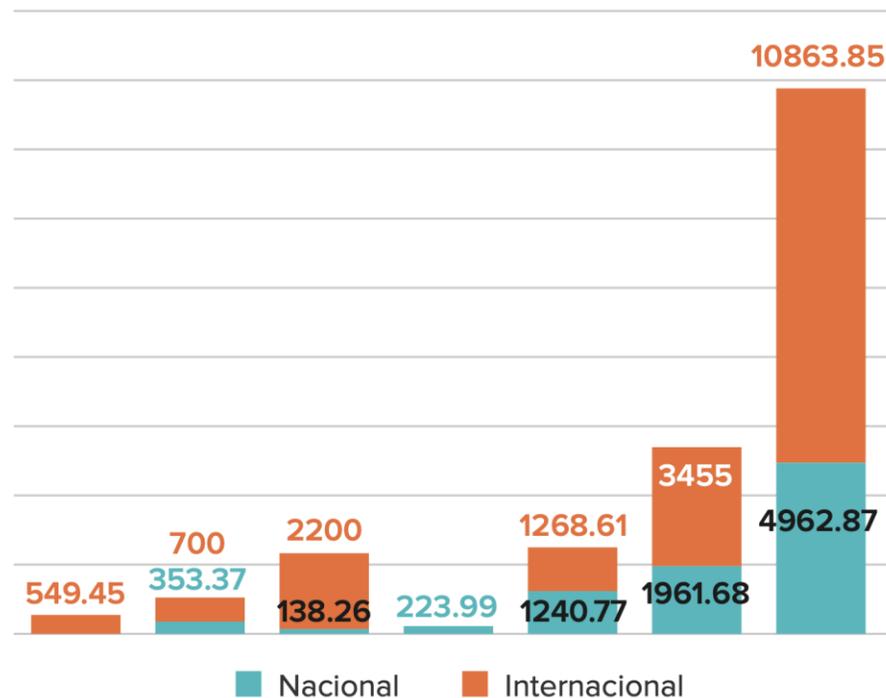


A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), organização econômica intergovernamental que atua para estimular o progresso econômico e o comércio mundial, avalia que são necessários USD 6,9 trilhões por ano até 2030 para que o planeta consiga atingir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), somente para o setor de infraestrutura. Logo, é de suma importância que o setor financeiro esteja amplamente engajado.

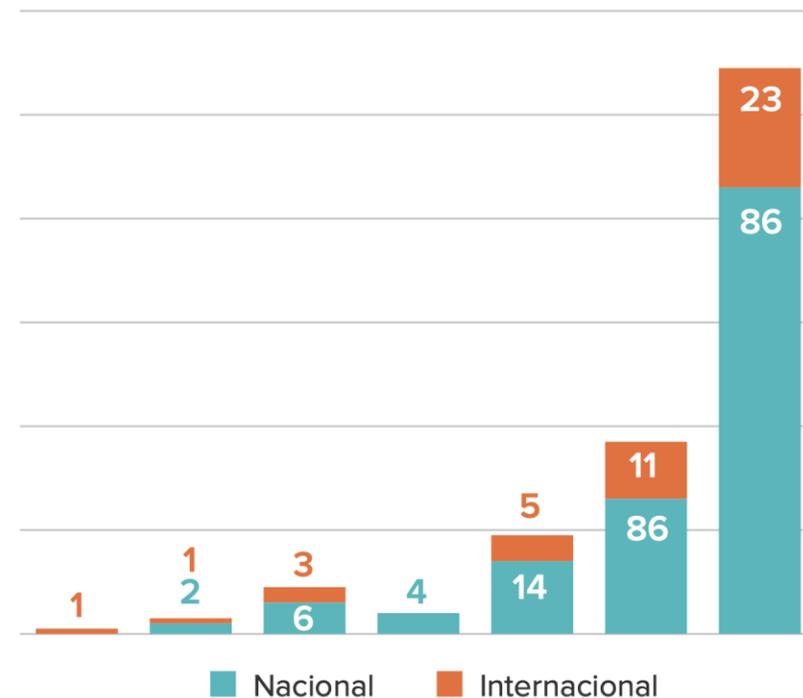
No Brasil, nós acompanhamos a tendência mundial, visto que as operações de títulos sustentáveis alcançam sucessíveis recordes. Em 2020, as companhias brasileiras emitiram USD 5,7 bilhões em títulos sustentáveis, em 2021, os valores já alcançaram USD 15,80 bilhões em emissões, aumento de 177% em comparação com o ano anterior⁵.



Valor emissões (USD milhões)



Número de emissões por empresas brasileiras



Fonte: GIZ (2022)

Como país, ainda podemos contribuir mais, porém estamos no caminho certo para aumentar a destinação de recursos em projetos e empresas com boas práticas sustentáveis.



• Compromissos e Regulações

Além do movimento econômico por uma sociedade mais sustentável, governos e instituições públicas estão trabalhando para estabelecer regulamentações sobre o tema. Esse movimento ocorre com o intuito de padronizar atividades sobre sustentabilidade, tornando-as mais compreensíveis e utilizáveis.

O Conselho Monetário Nacional (CMN), que possui o poder máximo regulatório do sistema financeiro do Brasil, sendo responsável por expedir normas e diretrizes gerais, divulgou, dentre outras, as Resoluções CMN 4.943/21 e 4.945/21 que aprimoram as regras do gerenciamento de riscos sociais, ambientais e climáticos relacionadas às instituições financeiras, bem como especificam o conceito desses riscos, com exemplos para cada um deles⁶.

O Banco Central do Brasil (BC), em decorrência dos normativos expedidos pelo CMN, como também, dentro de suas atribuições legais, nos últimos anos vem definindo normativos para as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), como a exigência da elaboração da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que visa fortalecer a gestão de riscos dessas organizações.

O Banco Central do Brasil (BC), em decorrência dos normativos expedidos pelo CMN, como também, dentro de suas atribuições legais, nos últimos anos vem

definindo normativos para as instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), como a exigência da elaboração da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que visa fortalecer a gestão de riscos dessas organizações.

Sobre o mesmo tema, o BC também estabeleceu os requisitos acerca do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC), orientando sobre como aspectos ambientais, sociais, de governança e climáticos devem ser divulgados.

O normativo sobre o Relatório GRSAC está alinhado à TCFD, mostrando como as regulações brasileiras estão em concordância às agendas de sustentabilidade internacionais. É um importante indicador sobre como o tema ganha força no Brasil e no mundo.

⁶ Banco Central (2021). Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (RIS).

Além disso, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), autarquia da Administração Pública Federal brasileira, publicou, em 2022, a Circular Nº 666, que define os requisitos de sustentabilidade a serem seguidos pelas seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores⁷.

A circular pede que as seguradoras implementem uma gestão dos riscos ambientais, sociais e climáticos, possuam uma política de sustentabilidade, uma gestão de riscos que integre sustentabilidade, entre outros itens.

A Comissão de Valores Imobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda que possui como atribuição reger o funcionamento do mercado de valores mobiliários e a atuação de suas organizações, na Resolução 59/21 definiu a obrigatoriedade das empresas listadas no Brasil a reportarem e justificarem em caso de não cumprimento, determinadas métricas ESG.

Essa resolução foi um importante marco no país em direção a melhorias na divulgação de dados, ajudando investidores a terem acesso a informações de melhor qualidade e as empresas a empregarem diretrizes que visem mitigar riscos ambientais, sociais e de governança⁸.

A integração de variáveis ambientais, sociais e de governança (ASG) em instituições

do mercado financeiro é um dos principais movimentos que os órgãos públicos podem realizar para uniformizar e implementar a sustentabilidade em suas instituições. Dessa forma, esse tema é inserido no modelo de negócios, impactando diretamente os produtos e serviços ofertados, bem como suas partes interessadas.

Ademais, as regulações sobre sustentabilidade surgem para contribuir com a resiliência do mercado financeiro por meio de uma gestão de risco mais completa, considerando riscos e oportunidades de curto, médio e longo prazo, fomentando o papel das instituições financeiras em prol do desenvolvimento sustentável.



⁷ Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) (2022). Susep publica marco regulatório de sustentabilidade.

⁸ Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2021). Resolução CVM 59.

• O Cooperativismo na Sustentabilidade

O termo “cooperativismo” quer dizer “colaboração entre pessoas para um interesse comum”. O cooperativismo é um modelo econômico-social pautado em sete princípios: adesão voluntária e livre; gestão democrática; participação econômica, autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade. Seu principal objetivo é equilibrar a justiça social, a prosperidade econômica e os resultados financeiros, respeitando os interesses coletivos e as aspirações individuais.

Sendo assim, o modelo de negócios cooperativo, diferentemente de outros ambientes empresariais, é organizado em torno das pessoas, atuando de acordo com valores e princípios. Os princípios do cooperativismo alinham-se, quase que naturalmente, ao desenvolvimento sustentável, visto que também estão centrados nas pessoas e buscam a coexistência harmoniosa entre a natureza, o crescimento econômico e o desenvolvimento social⁹.

Segundo dados do Banco Central sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), o cooperativismo de crédito no Brasil está presente em 55,3% dos municípios brasileiros com pelo menos uma unidade de atendimento (semelhante a uma agência bancária). Adicionalmente, o número de cooperados chegou a 15,6 milhões de pessoas físicas e jurídicas.¹⁰

Ademais, de acordo com o BC, o total de ativos do SNCC alcançou R\$ 590 bilhões em dezembro de 2022, sendo constituído principalmente por operações de crédito (R\$ 383 bilhões), com destaque para operações com micro e pequenas empresas e para os produtores rurais. Isso demonstra a relevância do segmento para o desenvolvimento da atividade econômica, principalmente no interior do país¹⁰.

⁹ Sistema OCB (2023). [Capacitacoop – A plataforma de ensino a distância do cooperativismo brasileiro](#). Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2021)

¹⁰ Banco Central (BC) 2023. Panorama do Sistema de Crédito Cooperativo mostra que o setor continua a crescer.



Esse cenário reforça a importância e o potencial de impacto que a agenda de sustentabilidade possui por meio do cooperativismo de crédito, visto que quanto mais acessível e presente na vida dos brasileiros for essa temática, mais eficiente será o desenvolvimento sustentável no Brasil.

O cooperativismo se apresenta como um modelo de negócio que tem potencializado impactos positivos nos âmbitos econômico, social e ambiental em nossa sociedade, em conformidade com o que é proposto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, previstos na Agenda 2030 da ONU¹¹.

Com tudo isso, somado ao crescimento exponencial de cooperativas pelo mundo, as Nações Unidas passaram a ter um olhar mais atento ao movimento. De acordo com a ONU, as cooperativas contribuem diretamente com sociedades mais inclusivas, além de serem protagonistas na execução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável declarou que reconhece o papel do diverso setor privado, indo de microempresas a cooperativas, na implementação da Agenda.

Na esfera econômica, a sustentabilidade traz muitos desafios e oportunidades para o desenvolvimento dos negócios. Para as cooperativas, o desenvolvimento sustentável oportuniza a promoção da diversidade e inclusão, engajamento de stakeholders, educação financeira, ética e transparência, critérios socioambientais e operação ecoeficiente e desenvolvimento de comunidades.

Em 2023, o Dia Internacional do Cooperativismo trouxe o tema “cooperativas pelo desenvolvimento sustentável”. A data comemorativa reforçou o papel das cooperativas na realização de ações e atividades para a construção de uma economia verde e de um mundo mais justo com base no diálogo, na confiança e no trabalho coletivo¹².

¹¹ Ideia Sustentável (2020). [A relação entre Cooperativismo e Sustentabilidade](#).

¹² Sicoob (2023). [Sustentabilidade é o tema do Dia Internacional do Cooperativismo 2023](#).

2.

Sustentabilidade e o Sicoob

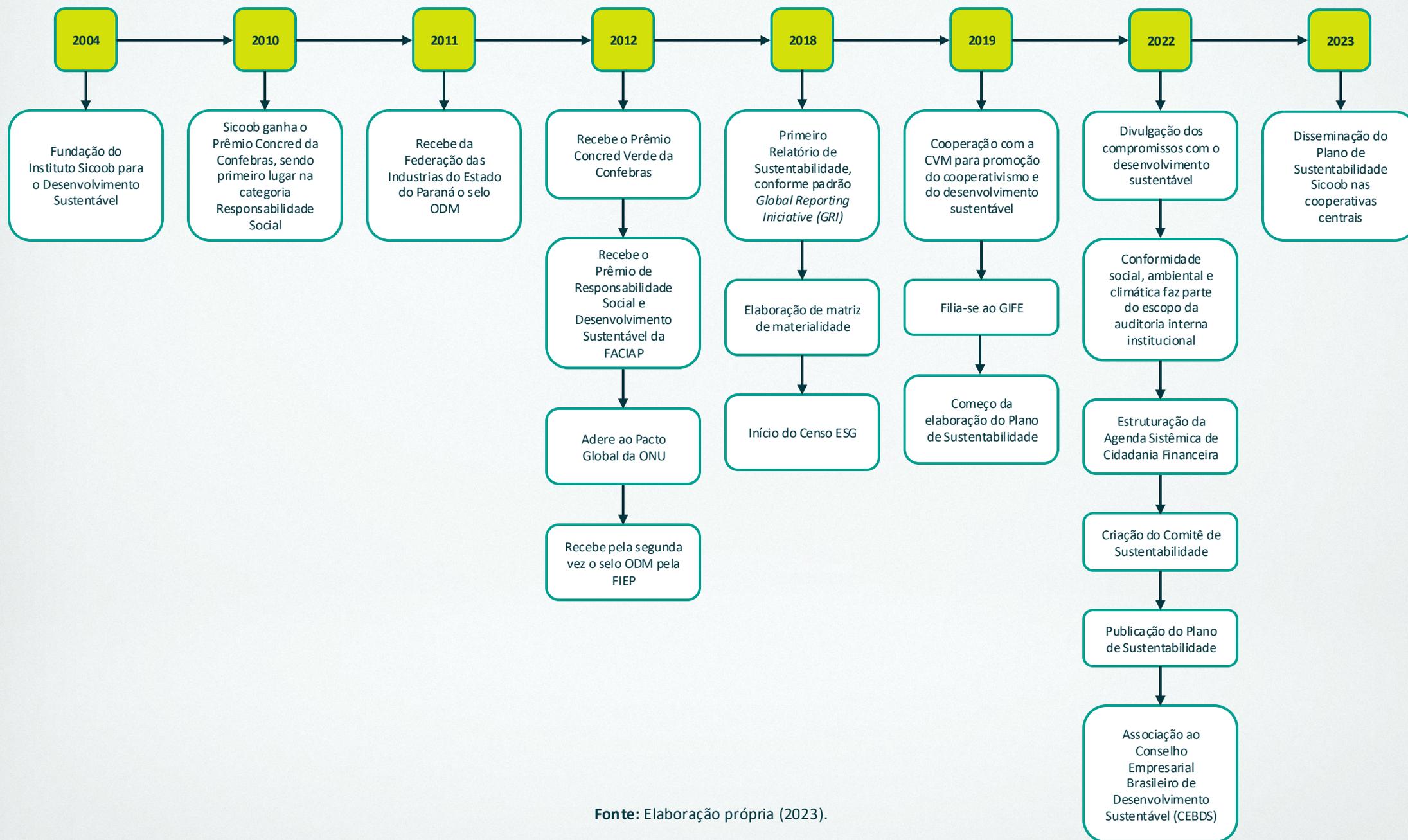




- **A Trajetória do Sicoob na Sustentabilidade**

A jornada do Sicoob na agenda de sustentabilidade possui uma longa história. Para ilustrar e resumir os principais tópicos, foi elaborado o fluxograma abaixo, que apresenta desde a fundação do Instituto Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável, em 2004, até a disseminação do Plano de Sustentabilidade do Sicoob nas 14 cooperativas centrais, em 2023.





Fonte: Elaboração própria (2023).



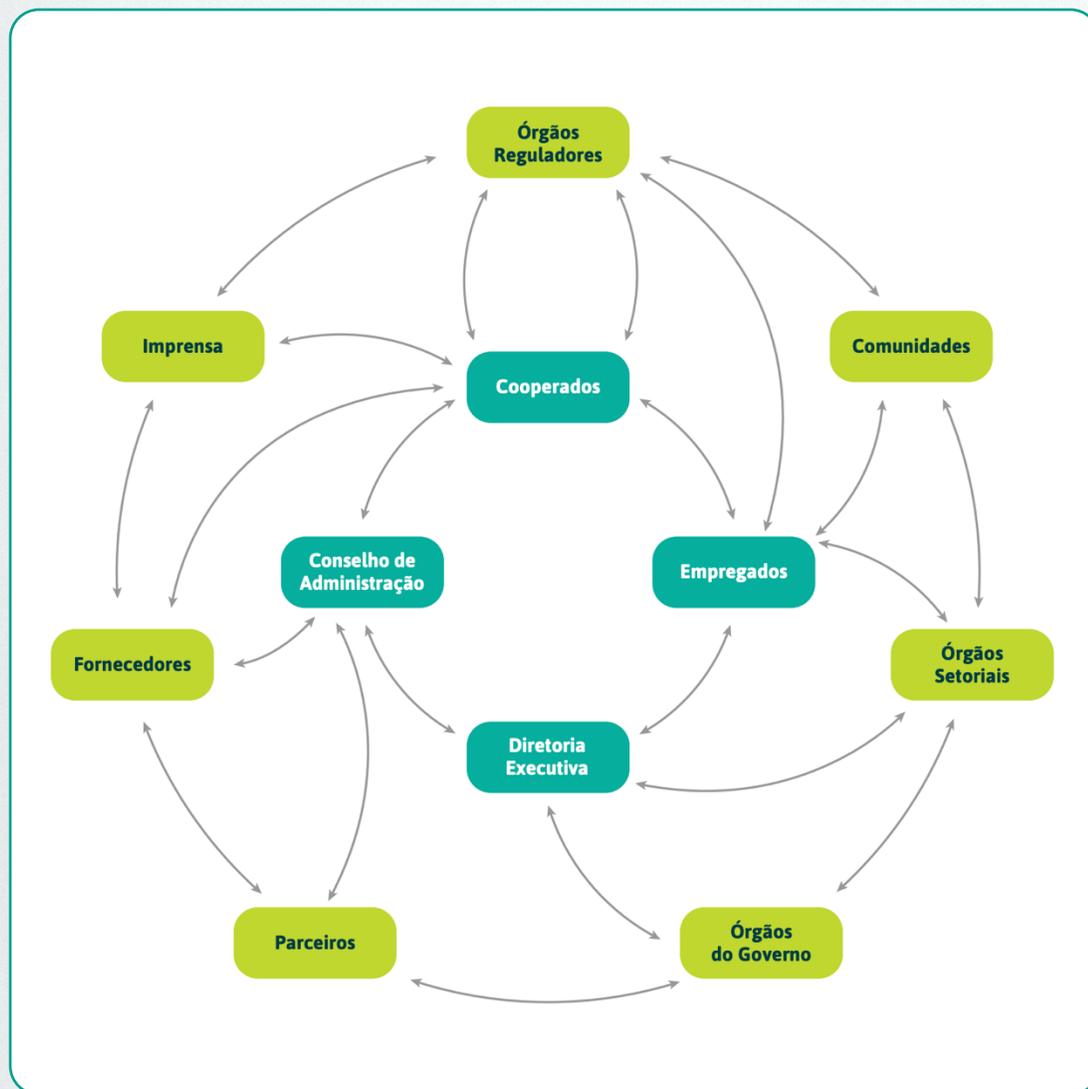
- **Matriz de Materialidade**

A matriz de materialidade do Sicoob foi elaborada em 2018, com a definição dos temas mais relevantes para a organização relacionados a aspectos sociais, ambientais, climáticos, econômicos e de governança.

A materialidade do Sicoob também orientou o mapeamento das principais partes interessadas (Figura 4), auxiliando no entendimento sobre como a agenda de sustentabilidade as impacta. Esse mapeamento visa assegurar que consigamos desenvolver ações, programas e estratégias alinhados às expectativas dos *stakeholders*, compartilhando as oportunidades geradas e mitigando possíveis riscos¹³.



¹³ Sicoob (2023). Relatório de Sustentabilidade.



Fonte: Sicoob (2023)

A materialidade, para o Sicoob, vai além de apresentar quais são os assuntos que mais se relacionam com o nosso negócio. Ela orienta como nossos produtos e serviços podem impactar no curto, médio e longo prazo os cooperados e as comunidades que recebem a influência do Sicoob.

No processo de definição da nossa materialidade, em 2018, os grupos apresentados foram ouvidos e incentivados a participar coletivamente, totalizando quase 10 mil pessoas, a fim de identificar os aspectos sociais, ambientais, econômicos, climáticos e de governança mais relevantes e prioritários no contexto de sustentabilidade do Sicoob.

O processo de desenvolvimento da materialidade envolveu as seguintes etapas:

- **Identificação:** mapeamento das partes interessadas de acordo com as categorias pré-definidas, o potencial de impacto do negócio nesses grupos e a influência das partes interessadas nos negócios;
- **Seleção:** análise e homologação dos grupos mapeados pelos executivos do Centro Cooperativo Sicoob (CCS), por representantes das cooperativas centrais do Sicoob e pelas lideranças internas que elegeram 11 deles como *stakeholders* prioritários;
- **Diálogo:** submissão dos temas relevantes, conforme o contexto de sustentabilidade do Sicoob, à análise pelas partes interessadas.



Ao final de cada etapa de diálogo foram priorizados seis temas, que definiram o escopo da nossa agenda de sustentabilidade¹⁴.

A materialidade é revista anualmente, pois entendemos que o Sicoob, o planeta e a sociedade mudam, demandando também atualização constante do que consideramos mais importante.

Os temas materiais do Sicoob estão alocados em três direcionadores estratégicos com seus respectivos objetivos (Figuras 5 e 6):



1. Território: fortalecer o vínculo comunitário e econômico local, adequando produtos e serviços às demandas das populações em prol de um desenvolvimento sustentável.



2. Pessoas: promover justiça financeira e prosperidade para todas as pessoas, compartilhando os benefícios gerados pelo Sicoob a todas as partes interessadas.



3. Negócios: fomentar o desenvolvimento econômico do Brasil por meio dos serviços ofertados pelo Sicoob, direcionando recursos dentro da temática de finanças sustentáveis.

¹⁴ Sicoob (2023). [Relatório de Sustentabilidade](#).

Figura 5 – Direcionadores Estratégicos da Materialidade



Fonte: Sicoob (2023)



Figura 6 – Stakeholders Internos & Externos



Fonte: Sicoob (2023)

Ao integrar a sustentabilidade à estratégia do negócio, o Sicoob definiu uma robusta base para gerenciar a instituição, inserindo de maneira sistêmica variáveis sociais, ambientais e de governança na tomada de decisão e engajamento das lideranças. Essa abordagem permite que o Sicoob corrobore sua atuação como agente transformador da sociedade, no curto, médio e longo prazo.

• Plano de Sustentabilidade Sicoob

Desde 2018, o Sicoob publica seu relatório de sustentabilidade conforme os padrões de transparência do *Global Reporting Initiative* (GRI). O documento apresenta aos cooperados e ao mercado como os critérios ambientais, sociais, econômicos e de governança do Sicoob estão sendo fortalecidos e integrados, transversalmente, ao nosso modelo de negócio.

O relatório é uma ferramenta valiosa na identificação de virtudes e oportunidades de melhorias organizacionais. Esse entendimento permitiu identificarmos a necessidade de estruturar um plano pautado nas melhores práticas do mercado, contemplando ações de curto, médio e longo prazos e refletindo a materialidade da organização.

Essa nova visão estratégica possibilitaria evolução dos negócios baseada num modelo de desenvolvimento sustentável, atendendo os desafios e as oportunidades referentes aos *stakeholders* do presente e futuro e integrando a agenda ESG na estratégia dos negócios.

Nesse sentido, o Centro Cooperativo Sicoob (CCS) capitaneou o projeto corporativo Agenda de Sustentabilidade Sicoob que, dentre suas entregas, previa a estruturação do seu **Plano de Sustentabilidade**.

O plano é um instrumento de gestão temático alinhado ao Pacto Sistêmico de Estratégia do Sicoob, que conversa diretamente com as diversas dimensões da estratégia organizacional, em especial com a dimensão “Cidadania e Sustentabilidade”. Seu objetivo é fomentar práticas sustentáveis na organização, movendo o Sicoob em direção ao cumprimento dos seus compromissos com o desenvolvimento sustentável.

Com base nos compromissos assumidos com os *stakeholders*, o documento

reúne conjunto de diretrizes e ações que serão executadas até 2030, de modo a permear todo o negócio, de forma transversal. O documento está estruturado em 7 compromissos que se desdobram em 24 objetivos, 32 iniciativas e 92 ações.

O Plano de Sustentabilidade Sicoob é resultado de uma construção coletiva.





A elaboração do Plano de Sustentabilidade foi liderada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS) com a colaboração de cooperativas centrais e diversas áreas do CCS, resultando em um trabalho integrado e sistêmico, visando direcionamento único.

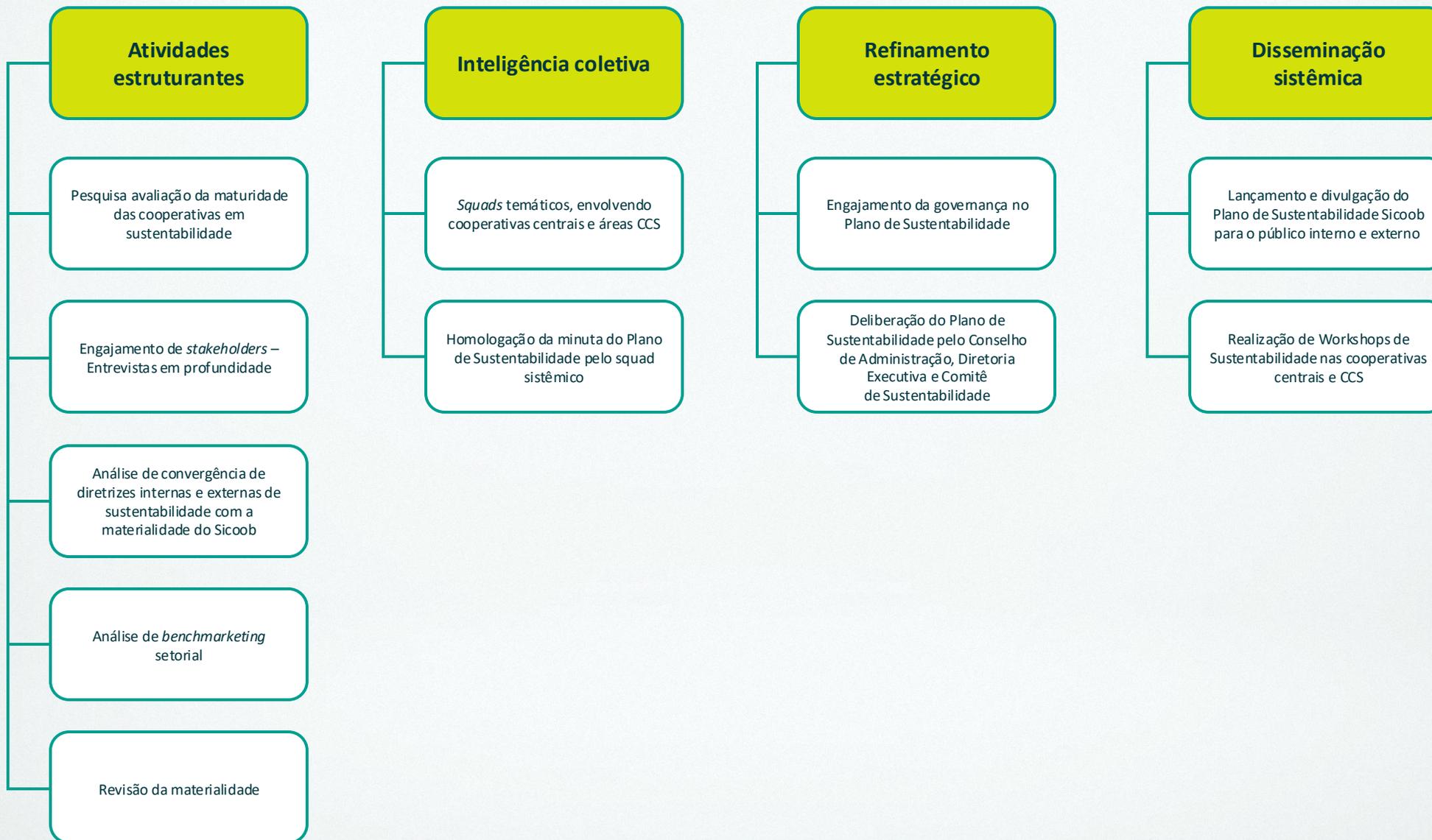
O processo de construção considerou quatro macro etapas:

1. Atividades estruturantes: nessa etapa, foram realizados estudos e pesquisas, internas e externas, a fim de incorporar as melhores práticas de sustentabilidade às diretrizes do Sicoob. Além disso, foram realizadas pesquisas em profundidade com os principais *stakeholders* da organização, com o intuito de compreender suas expectativas e interesses. Os insumos obtidos nessa fase permitiram analisar a matriz de materialidade e coletar informações estratégicas para composição e manutenção do Plano de Sustentabilidade Sicoob;

2. Inteligência coletiva: para construção do plano, foram constituídos sete grupos de trabalho temáticos (*squads*), de modo a representar os sete temas da materialidade. Os *squads* foram constituídos por lideranças das cooperativas centrais do Sicoob e de áreas do Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Em conjunto, os participantes sugeriram ações e indicadores para cada tema material, considerando horizonte temporal de execução até 2030;

3. Refinamento estratégico: o Plano de Sustentabilidade Sicoob teve envolvimento direto da alta governança, sendo o assunto tratado com regularidade nas reuniões periódicas do Conselho de Administração (CA) do CCS, Diretoria Executiva (Direx) do CCS, Comitê de Sustentabilidade (COSUS) e Comitê de Investimento Social Estratégico (CISES). A versão final foi aprovada pela Direx e pelo CA;

4. Disseminação sistêmica: os objetivos dessa fase foram: 1) tornar público o Plano de Sustentabilidade Sicoob e 2) disseminá-lo para as cooperativas do Sistema. Para isso, realizou-se uma live de lançamento, ocorrida em 12 de setembro de 2022, que contou com a participação ativa da governança e publicação do documento a fim de dar transparência aos compromissos do Sicoob com o desenvolvimento sustentável. Adicionalmente, foram realizados *workshops* de sustentabilidade em todas as quatorze cooperativas centrais do Sicoob e no CCS, a fim de engajar as lideranças regionais na iniciativa e apoiá-las na elaboração do plano de sustentabilidade regional.



Fonte: Elaboração própria (2023).



Figura 7 – Plano de Sustentabilidade Sicoob

COMUNIDADES Prioritário para: COM OS OG DE PAR			
Compromisso (D.O): INCENTIVAMOS O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NOS LOCAIS E REGIÕES EM QUE ESTAMOS PRESENTES, IMPACTANDO PESSOAS E TERRITÓRIOS.			
OBJETIVOS CHAVE E CONCEITOS			
VISÃO DE TERRITÓRIO Restaurar / fortalecer a vocação territorial das Cooperativas, bem como o relacionamento e o diálogo com as comunidades.	IMPACTO SOCIOECONÔMICO LOCAL Direcionar recursos para setores-chave da economia local, adequando produtos ao perfil do cooperado.	RESPONSABILIDADE SOCIAL Investir em iniciativas que representem as reais demandas da comunidade.	TRANSPARÊNCIA Consolidar o investimento em iniciativas para as necessidades da comunidade em alinhamento ao que preconiza o Ato Cooperativo.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Prioritário para: COM DE OS OG PAR			
Compromisso: APOIAMOS E ESTIMULAMOS OS COOPERADOS A CONTRIBUÍREM COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SUAS COMUNIDADES.			
OBJETIVOS CHAVE E CONCEITOS			
FRAMEWORK SICOOB Classificar projetos e negócios sustentáveis na carteira de crédito.	RECURSOS / LINHA SUSTENTÁVEL Estruturar operações para concessão de crédito para negócios / atividades sustentáveis.	SOLUÇÕES AGRONEGÓCIO Estruturar operações financeiras para fomentar o agronegócio sustentável.	SOLUÇÕES PARA MPMEs Direcionar recursos para incentivar a economia circular e sustentável e MPMEs.



COOPERATIVISMO Prioritário para: FOR OR DE OS OG		
Compromisso: DIFUNDIMOS O COOPERATIVISMO FINANCEIRO POR TODO O PAÍS PARA QUE TODOS OS BRASILEIROS POSSAM TER UMA VIDA FINANCEIRA MAIS JUSTA.		
OBJETIVOS CHAVE E CONCEITOS		
CULTURA Resgatar o DNA cooperativo e nutrir a cultura interna sobre o modelo de negócio e seus benefícios.	GERAÇÃO DE VALOR Difundir o modelo cooperativista e seus benefícios de maneira coerente ao valor gerado pelo negócio e evidenciar os benefícios de ser cooperado para fortalecer a vantagem competitiva local.	RENOVAÇÃO Promover a renovação de carteira atuando para atrair, reter e incluir o jovem, público com afinidade ao modelo de negócio.

CIDADANIA FINANCEIRA Prioritário para: OR IM FOR DE		
Compromisso: PROMOVEMOS A INCLUSÃO, A ACESSIBILIDADE E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA, FACILITANDO AINDA O ACESSO AOS MAIS DIVERSOS PRODUTOS E SERVIÇOS.		
OBJETIVOS CHAVE E CONCEITOS		
EDUCAÇÃO Fortalecer a inclusão financeira associada à educação em grupos específicos de cooperados mapeados no quadro social em pequenos municípios de 20 a 50 mil habitantes e em áreas menos favorecidas.	ADEQUAÇÃO Adequar e/ou estruturar produtos e serviços ao público-alvo de inclusão, pessoas das classes C,D e E (municípios de até 50 mil habitantes, áreas economicamente subdesenvolvidas e/ou menos favorecidas, autônomos e MPes.	ACESSIBILIDADE Melhorar a acessibilidade na rede física de atendimento e nos canais digitais para pessoas com deficiência e outros grupos preferenciais.



SEGURANÇA E PRIVACIDADE Prioritário para: COOP COM DE		
Compromisso: GARANTIMOS O USO DA TECNOLOGIA COM SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE FINANCEIRA DE CADA UM DOS COOPERADOS.		
OBJETIVOS CHAVE E CONCEITOS		
PESSOAS Estabelecer e nutrir cultura sobre riscos cibernéticos e mecanismos de defesa que se concentre nas pessoas.	CULTURA Migrar de ações de conscientização para adoção de programas que visem estabelecer e nutrir a cultura de conscientização sobre riscos cibernéticos.	INVESTIMENTOS Adotar ferramentas que efetivamente contribuam para fortalecer práticas e comportamentos de segurança cibernética e privacidade dos cooperados.

GOVERNANÇA Prioritário para: COOP COM COL CA DE PAR OR			
Compromisso: ASSEGURAMOS ÉTICA NOS NEGÓCIOS E PROTEÇÃO FINANCEIRA DOS COOPERADOS, ATUANDO COM PRÁTICAS SEMPRE DEMOCRÁTICAS, PARTICIPATIVAS E TRANSPARENTES.			
OBJETIVOS CHAVE E CONCEITOS			
ÉTICA NOS NEGÓCIOS Fortalecer políticas e coordenação sistêmica.	PARTICIPAÇÃO Atrair o cooperado para participar na cooperativa (assembleias e outros fóruns) a fim de aumentar e fortalecer o vínculo entre cooperados e cooperativa.	FORMAÇÃO Instituir e fortalecer programa de formação de lideranças em exercício, inclusive em Sustentabilidade, riscos e oportunidades ESG.	SUCESSÃO Reformular e aprimorar o Programa de Sucessão Planejada no Sicoob com visão de longo prazo. Formar novos líderes na OQS.



DIREITOS HUMANOS			
Compromisso: RESPEITAMOS E ZELAMOS PELOS DIREITOS HUMANOS PARA TODAS AS PESSOAS, BUSCANDO UMA MAIOR DIVERSIDADE E A IGUALDADE DE OPORTUNIDADES.			
OBJETIVOS CHAVE E CONCEITOS			
CONFORMIDADE SOCIAL Zelar pelas boas práticas nas condições de trabalho de todos os empregados diretos e terceirizados.	DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES Aumentar a participação de mulheres em Órgãos Não Executivos e Órgãos Executivos (gerentes +).	NÃO DISCRIMINAÇÃO E MEDIDAS CORRETIVAS TOMADAS Estruturar políticas e procedimentos para não discriminação no ambiente de trabalho. Inclusão de minorias raciais e pessoas com deficiência.	DIREITOS HUMANOS Capacitar empregados diretos e terceirizados em Direitos Humanos.

Glossário

- **Agenda 2030:** A Agenda 2030 é um plano global da ONU para atingirmos em 2030 um mundo melhor para todos os povos e nações, resultando em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁵.
- **Cooperativismo:** Movimento que visa desenvolvimento social e econômico para um grupo de pessoas baseado na honestidade, equidade, solidariedade e transparência¹⁶.
- **Economia de Baixo Carbono:** Desenvolvimento de um modelo econômico nacional que considere a mitigação das emissões de gases do efeito estufa (GEE), com o fomento a tecnologias, energias e outros recursos com o objetivo de diminuir os impactos das mudanças climáticas¹⁷.
- **Desenvolvimento Sustentável:** Desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações¹⁸.
- **Gases de Efeito Estufa (GEE):** Dióxido de carbono e o metano, por exemplo, são gases causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas pelo seu aumento das suas emissões¹⁹.
- **Materialidade:** Material é tudo aquilo que é relevante do ponto de vista da empresa e de todas as suas partes interessadas: colaboradores, clientes, consumidores, fornecedores, ONGs etc.²⁰.
- **Mudanças climáticas:** Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), são as

transformações a longo prazo nos padrões de temperatura e clima no planeta²¹.

- **Stakeholders:** São os indivíduos e organizações impactados pelas ações da sua empresa, como clientes, comunidades, fornecedores e órgãos reguladores.
- **Sustentabilidade:** Conceito relacionado à conservação ou à manutenção de um cenário no longo prazo, de modo a lidar bem com possíveis ameaças. A noção de sustentabilidade surgiu baseada no entendimento de que os recursos naturais são finitos²².
- **Títulos Sustentáveis:** Instrumentos financeiros com o intuito de viabilizar a captação de capital para o financiamento de atividades econômicas sustentáveis, como Títulos Verdes, Sociais, Sustentáveis (socioambientais) e Vinculados à Sustentabilidade – também conhecidos por *Green, Social Sustainability* e *Sustainability-Linked Bonds*, em inglês²³.
- **Transição Verde e Justa:** A transição verde e justa combina a sustentabilidade ambiental com a justiça social e com a finalidade de não deixar ninguém para trás²⁴.

¹⁵ Organização das Nações Unidas (ONU) (2015). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*.

¹⁶ Sicoob (2023). *O que é cooperativismo? Tudo o que você precisa saber!*

¹⁷ GUTIERREZ (2014). *Governança e inovação para um sistema energético sustentável: como podemos melhorar?*

¹⁸ *World Wide Fund for Nature (WWF) (2023). O que é Desenvolvimento Sustentável?*

¹⁹ *United Nations Environment Programme (UNEP) (2022). Você sabe como os gases de efeito estufa aquecem o planeta?*

²⁰ Great Place to Work (GPTW). *A materialidade e sua importância para as práticas ESG*.

²¹ Organização das Nações Unidas (ONU) (2022). *O que são mudanças climáticas?*

²² FIA Business School (2021). *Sustentabilidade: o que é, como funciona, benefícios e exemplos*.

²³ B3 (2023). *Produtos e Serviços ESG*.

²⁴ Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (2023). *Qual transição verde e justa?*



EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO GERAL PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Instituto Sicoob para o Desenvolvimento Sustentável
sustentabilidade@sicoob.com.br

COORDENADORES

Luiz Edson Feltrim
Emanuelle Marques de Moraes

EQUIPE TÉCNICA

Gleice Santana Moraes
Carlos Eduardo Ferreira da Costa Marques
Letícia Marques da Costa e Silva

CONTRIBUÍRAM

Membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Sustentabilidade do Centro Cooperativo Sicoob (CCS)

PROJETO VISUAL

Comunicação Sicoob

FOTOGRAFIAS

Acervo Sicoob e Bancos de Imagens





Acompanhe as redes sociais do Sicoob:



sicooboficial



@sicoob



@sicoob



/sicooboficial



/sicooboficial

Central de Atendimento - 4000 1111 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 642 0000 (demais localidades)
SAC 24h - 0800 724 4420 | Ouvidoria - 0800 725 0996 (de segunda a sexta, das 8h às 20h) ouvidoriasicoob.com.br
Deficientes auditivos ou de fala - 0800 940 0458 (de segunda a sexta, das 8h às 20h)

